



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

10.717

Presidente da Mesa Diretora: Martins Lima Filho

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Não votados e/ou não tramitados, retirados de tramitação

Autoria: Rodrigo Maia de Oliveira

Data: 18/06/2024

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 106/2024. Concede o título declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação dos Moradores e Proprietários de Imóveis no Condomínio Vale das Hortênsias.

Controle Interno – Caixa: 26.12 **Posição:** 38 **Número de folhas:** 05



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 106/2024

AUTOR:

Ver. Rodrigo Maia de Oliveira.

ASSUNTO:

**Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal
a Associação dos Moradores e Proprietários de Imóveis no Condomínio
Vale das Hortências.**

MOVIMENTO

1 **Entrada dia - 18/06/2024**

2 **Comissão Legislação e Justiça.**

3 -

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS



PROJETO DE LEI Nº 106, 2024

“Concede Título Declaratório de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Proprietários de Imóveis no Condomínio Vale das Hortências”.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG), aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica considerada de utilidade Pública Municipal a entidade civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS NO CONDOMÍNIO VALE DAS HORTÊNCIAS** inscrita no **28.387.253/0001-89**, com sede na Fazenda Serra Velha, S/N, área rural, neste Município de Montes Claros-MG.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros-MG.

Montes Claros (MG), 11 de Junho de 2024.



Rodrigo Maia de Oliveira
(Rodrigo Cadeirante)
Vereador - Montes Claros-MG

Rodrigo Maia de Oliveira
Vereador Rodrigo Cadeirante



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 18 DE MONTO DE 2024
juu
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Atestamos, em razão de requerimento do interessado, que a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, denominada "**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS DO CONDOMÍNIO VALE DAS HORTÊNSIAS**" inscrita no CNPJ sob o número 28.387.253/0001-89, funciona regularmente na Fazenda Serra Velha, S/N, na Area Rural, na Cidade de Montes Claros-MG, CEP: 39.413-000 desde 10/08/2017, conforme comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, emitido pela Secretaria da Receita Federal. Seu Estatuto está registrado sob o nº 31.122, Livro A-26; protocolo nº 143.980, Livro A-14, em 18 de Novembro de 2022, no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, e Ata de Eleição da diretoria registrada sob o nº 31.121, Livro A-26, e protocolo sob nº 143.979, livro A-14, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em 18 de Novembro de 2022 .

Por serem verdadeiras as informações acima, assino o presente. O requerente fica ciente que informações falsas importam em responsabilidade criminal, nos termos do Artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

Montes Claros, 04 de Junho de 2024


Martins Lima Filho
Presidente da Câmara

MARTINS LIMA FILHO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS


RECEBEMOS
EM 4.6.2024



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 106/2024 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação dos Moradores e Proprietários de Imóveis do Condomínio Vale das Hortências.”, de Autoria do Vereador Rodrigo Maia de Oliveira.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sobre comento tem por objetivo conceder título declaratório de utilidade pública municipal a Associação dos Moradores e Proprietários de Imóveis do Condomínio Vale das Hortências.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

Há que se ressaltar que a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 18 de junho de 2.024.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605

